

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GEOGRAFIA

AMBIENTE

Marcelo Lopes de Souza¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Enviado em 17 ago. 2022 | Aceito em 22 ago. 2022

A Geografia conta, atualmente, com um acervo ou arsenal conceitual bastante diversificado e sofisticado. Na Geografia Humana, conceitos bastante antigos, como *região*, ou de aplicação bastante ampla, como *território* e *lugar*, vêm sendo debatidos e refinados há décadas, ao mesmo tempo em que novos conceitos ganharam importância (*redes geográficas*, por exemplo) e a plêiade de conceitos específicos, oriundos ou não da própria disciplina (*localidade central, metrópole, megalópole, cidade média, cidade global, cidade-região, gentrificação, reforma urbana, estrutura agrária, agrossistema, reforma agrária, agroindústria, agronegócio, agroecologia...*) só fez aumentar. Da parte da Geografia Física (juntamente com ciências como a Biologia, a Geologia e a Meteorologia), ao lado de alguns conceitos muito abrangentes, como *ecossistema, geossistema, bioma* e *domínio morfoclimático*, a predileção tem sido, claramente, a de proposição e refinamento de ferramentas mais particulares, de cunho eminentemente operacional no estudo de processos, das mais antigas e tradicionais (por exemplo, *erosão, intemperismo, deslizamento, colúvio, cuesta, inselbergue, dobramento, bacia hidrográfica, delta... catena, laterização, podzolização... ciclone, anticiclone, células de circulação, Efeito Coriolis, frente... habitat, nicho, vicariância, ecótono...*) até as mais recentes (como *arenização, ecorregião* e *antroma*), em meio a uma galáxia conceitual gigantesca.

Uma lacuna, porém, chama a atenção: para uma ciência que, durante mais de um século, se gabou de ser uma “ponte” entre a pesquisa natural e a social, o investimento em conceitos *híbridos* tem sido, comparativamente, muito pequeno. “Híbrido” é o termo que, popularizado por Bruno Latour (Latour, 1994), designa uma realidade que, definitivamente, não é nem apenas “natural” nem apenas

1. Doutor em Geografia pela Eberhard Karls Universität Tübingen (Alemanha). Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7398-3170>. E-mail: mlopesdesouza@terra.com.br.

“social”. Podemos argumentar, considerando-se que os processos, as dinâmicas, as feições e os ciclos geobiofísicos só adquirem sentido para os seres humanos ao serem percebidos por eles, sob a mediação de valores culturais e nos marcos de uma época histórica determinada, que, para a sociedade, *nada* nunca é puramente natural. Isso não elimina, contudo, o fato de que subsiste e sempre subsistirá um estrato da realidade que não é produzido pela sociedade ou mero fruto de convenção ou construção social (da força gravitacional e das partículas subatômicas às estrelas e às galáxias, dos Andes ou do Himalaia aos terremotos e tsunamis), da mesma forma que não elimina o fato de que alguns objetos e processos – próteses médicas, mudança climática global, acidificação dos oceanos, organismos geneticamente modificados ou clonados, e assim sucessivamente – são, nitidamente, intrincadas combinações de “natureza” (a dimensão geobiofísica) e “sociedade” (as relações sociais e seu espaço). E o número e a complexidade dos híbridos à nossa volta (e dentro de nós, ou consumidos por nós!) cresce a olhos vistos. Por que a Geografia andou, durante décadas e até recentemente, na contramão dessa “ascensão dos híbridos”?

Devemos dizer, a título de ressalva, que alguns conceitos têm sido amplamente compartilhados por geógrafos humanos e físicos. Talvez o melhor exemplo seja a *paisagem*, conceito-chave tanto para geógrafos culturais quanto para a tradição da “Ecologia da Paisagem” (inaugurada por Carl Troll no final dos anos 1930) e, também, para a tradição geossistêmica (particularmente presente na França, mas também no Brasil, por influência francesa). Essa ressalva é, no entanto, relativa. A comunicação entre aqueles grandes conjuntos de usuários do conceito de paisagem é ínfima, e, no fundo, aliás, trata-se da mesma *palavra*, mas não exatamente do mesmo *conceito*.

A Geografia deu as costas, nas décadas de 1970 e 1980, a certas tendências macrossociais que vinham ocorrendo em escala mundial. Acreditando que, para que a sua disciplina fosse plenamente aceita como um saber não superficial em suas contribuições para desvendar as relações sociais, eles teriam de assim proceder, muitos geógrafos humanos, no âmbito da “virada crítica” dos anos 1970 e 1980, não se contentaram em ressaltar as mediações históricas da ideia de “natureza” (o que foi, em si, um grande avanço): decretaram que, se a sociedade só se explica pela própria sociedade (o fantasma do determinismo geográfico ainda assustava...), o conhecimento da “natureza natural” seria de somenos importância. Daí para a conclusão, ainda mais temerária, de que seria conveniente banir todo e qualquer interesse pela pesquisa natural (amiúde reduzida ao positivismo), foi um pulo. Um pulo de funestas consequências.

Curiosamente, foi durante os anos 1970 e 1980 que, de várias maneiras e através de discursos e ações dos atores sociais os mais variados (órgãos estatais, organismos internacionais, ONGs, organizações de movimentos sociais), a “questão ambiental” ou a “problemática ecológica” adquiriu uma visibilidade sem precedentes. Por ironia do destino, a disciplina que se arvorara, durante mais de um século, em “síntese” ou “ponte” entre as ciências da natureza e da sociedade, resolveu abdicar, em nome de uma purificação epistemológica, da possibilidade de participar da discussão de inúmeros assuntos que começavam a chamar a atenção e a ganhar corpo: o aquecimento global e seus efeitos, a injustiça ambiental, os ativismos de resistência ecológica e social (seringueiros, indígenas, caiçaras, barrageiros e muitos outros pelo mundo afora). Alguns geógrafos críticos (caso, em nosso país, de Carlos Walter Porto-Gonçalves [1984, 2014]) cedo perceberam ou intuíram a cilada, recusando-se a jogar fora o bebê com a água do banho; em geral, refugiaram-se no campo interdisciplinar da Ecologia Política. Seja lá como for, a Geografia pagou um elevado preço pela miopia coletiva. Um preço que ela, só recentemente, nos últimos quinze ou vinte anos, com as discussões em torno de uma “Geografia Ambiental” (Castree *et al.*, 2009; Bocco *et al.*, 2011; Souza, 2019 e 2021), começou a não mais querer pagar.

Na esteira de uma negligência que durou muitos anos (e ainda dura, apesar dos esforços aqui e ali), um conceito-chave, em especial, permaneceu subteorizado: *ambiente*. Poucos geógrafos souberam ou quiseram dar o devido valor a esse conceito. O empenho de Dirce Suertegaray (vide, p.ex., Suertegaray [2001], e, também, os ensaios contidos em Suertegaray [2017 e 2021]) tem sido uma raridade, e não só no Brasil. Essa negligência foi e tem sido, a um só tempo, um reflexo e um fator de alimentação de uma dificuldade em lidar com uma realidade social crescentemente marcada pela presença dos hibridismos. As consequências desse descuido ou menosprezo têm sido devastadoras para os geógrafos, que perderam (ou não chegaram a ganhar) protagonismo em toda uma série de debates públicos politicamente cruciais, como aqueles sobre a reforma do Código Florestal, a alteração do sistema de licenciamento ambiental e o novo marco legal do saneamento, para só citar alguns casos brasileiros recentes.

O que é, todavia, o *ambiente*?

Se o entendermos como “meio ambiente”, o esvaziaremos de seu conteúdo social. Isso porque, na tradição semântica das línguas neolatinas ibéricas, o “meio ambiente” (e seus equivalentes em castelhano, catalão e galego) é usualmente tomado como sinônimo de “ambiente natural” (o *natural environment* dos anglófonos). Em outras palavras, a sociedade é vista como algo exterior ao ambiente (ao passo que o ambiente, de sua parte, é encarado como algo que meramente “envolve” a sociedade); na melhor das hipóteses, a sociedade é tida como um fator entre outros, um abstrato “fator antrópico” – sem que se enxerguem contradições sociais, assimetrias estruturais, classes e frações de classe, clivagens raciais e de gênero, e por aí vai. Claro está que essa acepção, lamentavelmente hegemônica, é demasiado restritiva. Para contornar essa leitura mutiladora, há quem anteponha o prefixo “socio” ao adjetivo “ambiental” em algumas circunstâncias (impactos “socioambientais”, conflitos “socioambientais” etc.). Não chega a ser uma aberração, pois se compreende a louvável intenção; o resultado, porém, não deixa de ser o de incorrer em uma redundância. O remédio empregado é um paliativo que, ao fim e ao cabo, contribui para o agravamento da doença.

Não tratamos aqui, por isso, do “meio ambiente”, mas sim do *ambiente integral* ou, simplesmente, *ambiente*. Qual é o alcance desse conceito? Qual seria a sua utilidade analítica? Qual a sua relevância social?

O ambiente é um conceito totalizante ou, se preferirmos, “holístico” (desde que não seja um holismo antidialético, que entronize o todo e sacrifique as partes). Daí vem a sua sedução; mas vem daí, também, enquanto conceito híbrido e abrangente por excelência, seu caráter desafiador. Um ambiente pode ser, sem dúvida, um *paleoambiente* – por exemplo, o ambiente terrestre no qual viveram e reinaram os dinossauros por cerca de 170 milhões de anos, até se extinguirem durante o Cretáceo, 66 milhões de anos atrás. Para os seres humanos, contudo, os ambientes que interessam mais diretamente são indissociáveis da presença do *Homo sapiens sapiens*, que teria surgido sobre a face da Terra mais ou menos há 300.000 anos, na África. Em outras palavras: para nós, na prática, o ambiente é, sempre, o complexo conjunto formado pela interação de processos, dinâmicas, feições e ciclos geobiofísicos com as relações sociais. Nos marcos desse conjunto complexo, e ao longo de uma intrincada coevolução biológico-cultural, a sociedade humana transformou e fez uso da materialidade da biota, das rochas, dos solos e dos fatores climáticos (a sazonalidade, as chuvas), transformando-se a si própria no decorrer do processo. Nunca apenas se adaptando passivamente, e sempre atribuindo significado às intempéries, aos eventos catastróficos (relatos míticos, interpretações religiosas etc.); porém, sem jamais deixar de “dialogar” e “negociar” com os condicionamentos e as condições dos ecossistemas e geossistemas. “Diálogo” e “negociação” marcados, muitas vezes, pelo respeito (o que não significa uma idílica ou romantizada “harmonia”

sem solavancos); e, em outros casos, notadamente sob a tradição religiosa judaico-cristã e sua narrativa de uma “criação” posta por Deus para desfrute e domínio dos homens, caracterizados por uma tentativa de subjugar incessantemente os entes não humanos (plantas e animais, rios, pântanos...). Com o advento do modo de produção capitalista, o descompasso entre o “eco” da *ecologia* e o “eco” da *economia* foi alçado a um patamar inédito: o ritmo da acumulação de capital, doravante, tentaria ditar todos os ritmos e toda a produção do espaço, em detrimento dos ritmos dos ecossistemas.

Queiramos ou não, somos, tanto o autor destas linhas quanto os seus presumidos leitores, fruto de uma profunda e dramática ocidentalização do mundo. Incompleta, fragmentária, imperfeita; rechaçada e modificada pela força de resistências culturais; mas, ainda assim, implacável e, pelo menos em larga medida, seguramente irreversível. Uma ocidentalização que, além do mais, feita à custa de genocídios e etnocídios, não deixa de representar um legado ambivalente, já que nem tudo – de modos de pensar, valores éticos e noções políticas até confortos materiais – se revela merecedor de reprovação (ou vamos recusar as noções de “autonomia”, “democracia”, “anarquia” e “isonomia”, a crítica do patriarcado e de numerosos preconceitos, o filosofar como interrogação radical e ilimitada?...). Diferenciar entre “natureza” e “sociedade” faz parte dessa herança ambivalente.

Ao escrever sobre uma “natureza”, reconhece e salienta o autor que faz sentido distinguirmos entre processos e formas naturogênicos, geobiofísicos, de um lado, e processos e formas sociais, de outro. Os gregos antigos tinham duas palavras para designar esses domínios do real: *physis*, de onde se originam as palavras “física” e “físico”, e que se referia a uma esfera da realidade que não tinha sido criada por mãos humanas e não estava submetida às leis da sociedade; e *nómos*, que significa “lei”, mas não no sentido restrito de lei formal, e sim no sentido amplo de norma, código de conduta, convenção social. Ou seja, aquilo que é, indiscutivelmente, criação social.

Distinguir entre *physis* e *nómos*, dessa maneira, é uma tradição grega incorporada pelo que veio a ser mais tarde o Ocidente – e que, com a Conquista da América, a colonização de vários continentes, o imperialismo e, por fim, a globalização, espalhou-se pelo mundo inteiro. Essa distinção nos é útil e, acima de tudo, nos parece razoável; tanto é que, por mais que denunciemos a *separação* cartesiana e rígida entre “natureza” e “sociedade”, temos enorme dificuldade para renunciar a alguma *diferenciação*. Outras sociedades e culturas lidam com o mundo de outro modo: é comum que as distinções e classificações reconheçam, por exemplo, que (certos) animais e até mesmo rios e montanhas possuem uma “alma”, quando não poderes mágicos. Para essas sociedades e culturas, nossa linha divisória, que historicamente serviu, entre outras coisas, para justificar uma dominação dos animais humanos sobre os animais não humanos – e, também, a dominação de alguns grupos de humanos sobre outros, reputados como “menos humanos” e “mais próximos da natureza”, isto é, das “bestas feras” –, se afigura estranha ou mesmo absurda. Para nós, no entanto, a distinção entre *physis* e *nómos* não possui apenas aspectos inconvenientes ou censuráveis, desde que seja vista como relativa e seja sempre dialetizada. No limite, essa distinção nos permite compreender que, assim como não devemos estender os métodos e os critérios das ciências da natureza ao domínio da sociedade (distorção que não apenas caracteriza o positivismo, mas também está na base de ideologias autoritárias como o “racismo científico”, a estigmatização de determinados comportamentos e estilos de vida como “não naturais”, e assim sucessivamente), tampouco devemos imaginar que é sensato antropomorfizar o universo inteiro ou buscar explicações místicas (culturalmente explicáveis, mas infensas a procedimentos “racionais” de validação) para fenômenos cosmológicos, astrofísicos, geológicos, meteorológicos ou biológicos. Para o bem e para o mal, *physis* e *nómos* nos acompanham, e continuarão acompanhando.

Admitir a pertinência de um domínio ontológico geobiofísico e de um domínio antropossocial não é o mesmo, note-se, que abrir mão de reconhecer os hibridismos, as interpenetrações complexas, a não linearidade das interações. Filósofos alemães do começo do século XIX, como Friedrich W. J. von Schelling, falavam em “primeira natureza” (*erste Natur*), querendo fazer alusão à *physis*, e em “segunda natureza” (*zweite Natur*), querendo referir-se ao *nómos*. Essa terminologia tem a grande vantagem de apontar para um substrato comum, que é a materialidade, e para o fato de que a sociedade se constrói a partir da natureza (primeira), sem perder por completo seus vínculos com ela – afinal de contas, continuamos dependentes da lei da gravidade, continuamos a ser constituídos por átomos e moléculas, continuamos reféns de processos físicos e químicos (às vezes influenciados ou deflagrados por nós mesmos, dialeticamente, como ocorre com a chuva ácida, com o aquecimento global etc.). Materialmente, com efeito, “tudo é natureza” – no sentido mais lato possível –, no contexto de um universo sobre cuja extensão os astrônomos ainda especulam em seus modelos matemáticos, e que, ainda por cima, nos prepara surpresas e descobertas assombrosas o tempo todo. Por outro lado (e aí não vai nenhuma contradição), “tudo é sociedade”, ao menos para nós mesmos, pois nada há, nesse universo (e o próprio universo) que seja por nós percebido sem os filtros culturais e históricos que dão sentido ao mundo, às coisas e às nossas vidas.

Ironicamente, nem mesmo abordagens contemporâneas e sofisticadas dos vínculos entre “sociedade” e “natureza” (indiscutivelmente inspiradoras, seja por rejeitarem o dualismo cartesiano quanto à relação entre esses dois conceitos/tipos de realidade, seja por valorizarem analiticamente, na esteira disso, os hibridismos epistemológicos), como as reflexões de Jason W. Moore sobre a “ecologia-mundo” e o “Capitaloceno”, necessariamente dão o devido crédito ao conceito de ambiente. No caso de Moore, esse autor se viu tentado a introduzir um neologismo, o “*oikeios*” (palavra grega que deriva de *oikos* [οἶκος], ou “casa”), que nomearia “a relação criativa, histórica e dialética entre – e também sempre no interior das – naturezas humanas e extra-humanas” (Moore, 2015, p. 46), aparentemente sem se aperceber de que a ideia de ambiente (*environment*), *sensu lato*, já cobre perfeitamente esse espectro semântico, sem a desvantagem de soar hermética e pedante.

O ambiente integral, assim, é um conceito que nos remete ao mundo material e imaterial que emerge das interações entre aquilo que, à luz da Filosofia ocidental, identificamos como domínios ontológicos irreduzíveis um ao outro: “natureza” (a dimensão geobiofísica, naturogênica) e “sociedade” (as relações sociais e o espaço material e imaterial que elas produzem: territórios, lugares etc.). O ambiente tem a ver, sempre, com o *metabolismo social* (em alemão, *gesellschaftlicher Stoffwechsel*), para usar uma expressão de Marx, e que poderíamos, em nome da clareza, chamar de *metabolismo ecológico-social*. O ambiente somos “nós” e os “outros”; o ambiente repele os simplismos e purismos; o ambiente é a “casa” – mas não na limitada acepção original do *oikos* grego, e sim em qualquer escala, da habitação, da aldeia e do bairro ao planeta inteiro. E além.

Referências

- BOCCO, Gerardo *et al.* (orgs.) (2011) *Geografía y ambiente en América Latina*. Cidade do México, Universidad Nacional Autónoma de México e Instituto Nacional de Ecología (INE).
- CASTREE, Noel *et al.* (orgs.) (2009) *A Companion to Environmental Geography*. Malden (MA), Wiley-Blackwell.
- LATOUR, Bruno. (1994) [1991] *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- MOORE, Jason W. (2015) *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres e Nova Iorque, Verso.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (1984) *Paixão da Terra: Ensaio crítico de ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro, Rocco e Socii.
- _____. (1989) *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 15ª ed., 2014.
- SUERTEGARAY, Dirce. (2001) "Espaço geográfico uno e múltiplo". *Scripta Nova*, nº 93, np.
- _____. (2017) *(Re)Ligar a Geografia: Natureza e sociedade*. Porto Alegre, Compasso Lugar-Cultura.
- _____. (2021) *Meio, ambiente e Geografia*. Porto Alegre, Compasso Lugar-Cultura.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. (2019) "O que é a Geografia Ambiental?". *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, volume 1, número 1, pp. 14-37.
- _____. (2021) "O enfoque da Geografia Ambiental como *Aufhebung*: Rejeitando o dualismo, abraçando a dialética". *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, volume 3, número 1, pp. 09-82.